

Nas ruas, casas e rocinhas: estrutura da posse de cativos no núcleo urbano central de Belém (Grão-Pará, 1810-1888)

Daniel Souza Barroso¹

In the streets, houses and farmsteads: slaveholding patterns in the urban center of Belém (Grão-Pará, 1810-1888)

En las calles, casas y granjas: estructura de posesión de esclavos en el núcleo urbano central de Belém (Grão-Pará, 1810-1888)

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a estrutura da posse de cativos no núcleo urbano central de Belém (Grão-Pará), entre os anos de 1810 e 1888. Com base na análise serial de 202 inventários *post mortem*, foram examinadas as transformações nos padrões de distribuição e concentração da posse e nas características demográficas dos cativos da região central da cidade. Esse contexto foi marcado, de um lado, por rearticulações no escravismo brasileiro e, de outro, por profundas mudanças na estrutura urbana, no perfil da população e da economia de Belém, resultantes da consolidação da borracha como o principal produto de exportação paraense.

Palavras-chave: *Posse de cativos; Belém (Grão-Pará); Século XIX.*

¹ Professor da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Membro dos grupos de pesquisa: Hermes & Clío (FEA-USP) e População, Família e Migração na Amazônia (UFPA). E-mail: dsbarroso@ufpa.br

Abstract

This paper analyzes slaveholding patterns in the urban center of Belém (Grão-Pará), between 1810 and 1888. Based on the analysis of 202 probate records, it examines the transformations in the patterns of distribution and concentration of the slaveholding, as well as the demographic profile of the slaves. On the one hand, this context was distinguished by new articulations in Brazilian slavery and, on the other hand, by drastic changes in the urban structure, the population and the economy of Belém, resulting from the rise of rubber as the main export product from Pará.

Keywords: *Slaveholding Patterns; Belém (Grão-Pará); Nineteenth Century.*

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la estructura de posesión de esclavos en el núcleo urbano central de Belém (Grão-Pará), entre los años 1810 y 1888. A partir del análisis en serie de 202 inventarios *post mortem*, se examina las transformaciones en los patrones de distribución y concentración de la posesión y las características demográficas de los cautivos en la región central de la ciudad. Este contexto estuvo marcado, por un lado, por rearticulaciones en la esclavitud brasileña y, por otro, por profundos cambios en la estructura urbana y en el perfil de la población y la economía de Belém, como resultado de la consolidación del caucho como el principal producto de exportación de Pará.

Palabras clave: *Posesión de esclavos; Belém (Grão-Pará); Siglo XIX.*

Introdução

Nos últimos anos, diversos estudos foram produzidos sobre a estrutura da posse de cativos no Brasil. Se é verdade que essa historiografia, de caráter revisionista, ensejou o avanço na compreensão da economia e da demografia da escravidão em espaços economicamente mais dinâmicos – a exemplo das áreas mineradoras e das regiões de *plantation* -, o mesmo não se pode dizer das paisagens com características urbanas, tampouco dos espaços economicamente menos dinâmicos do Brasil setecentista e oitocentista. Os estudos voltados, especificamente, para a estrutura da posse de escravos nas cidades e demais zonas urbanas vêm demonstrando a forte presença de escravistas de porte modesto, a difusão relativamente ampla do escravismo e a inexistência de uma grande concentração na posse de cativos (MOTTA; COSTA; NOZOE, 2004). E quanto a Belém?

Em 1813 foi aberto, nessa cidade, o auto de inventário de José Infante, casado e pai de uma única filha, Serafina, então com somente quatro meses de idade. Além de diversos bens móveis, José Infante legou à esposa e à filha uma oficina de caldeiraria com sete cativos – desses, quatro eram homens, cinco de origem africana (todos provinham da África Central Atlântica), e seis possuíam idades entre 17 e 22 anos. Tratava-se de um plantel jovem, provavelmente recém-adquirido por meio do tráfico e que tinha em João, cativo de nação angola, com 20 anos de idade e aprendiz de caldeireiro, um dos seus escravos mais bem avaliados (isto é, com maior preço de venda). Apesar de bastante sucinto, o inventário fornece indícios dos tipos de serviços oferecidos na oficina. Um deles era a manutenção de alambiques. Na descrição e avaliação dos bens, foi arrolada, talvez indevidamente, a existência de um alambique que não pertencia a José Infante, mas se encontrava em sua oficina para conserto (PARÁ, 1813).

Em 1867, mais de meio século após a morte de José Infante, foi aberto na Capital o inventário do pequeno comerciante João Antônio de Madureira, falecido ainda solteiro e sem filhos. Madureira era proprietário de uma taberna situada

na rua dos Mártires (atual rua 28 de Setembro), em frente à Doca do Reduto – espaço de comércio e sociabilidade das camadas menos abastadas da Belém oitocentista (ALMEIDA, 2010, p. 83). Esse local servia também de moradia para João Antônio, a sua afilhada e herdeira universal Maria Carolina, e o escravo Olímpio, crioulo de 17 anos, que ajudava Madureira na taberna. Para além do espaço do estabelecimento em si, Olímpio seguramente interagiu também com os indivíduos que circulavam e comercializavam gêneros diversos na Doca do Reduto – onde hoje está o canal da avenida General Magalhães – e em suas proximidades (PARÁ, 1867).

Ambos os casos trazem à luz traços reveladores de uma economia escravista essencialmente urbana, na qual a lide diária dos escravos e, conseqüentemente, os seus parâmetros de interação social – mais próximos dos seus senhores e da população livre em geral – se conformavam de maneira distinta em comparação com uma economia escravista marcadamente rural. Aqueles traços não se limitavam apenas aos parâmetros de interação social dos cativos: mais do que isso, ajudavam a delimitar perfis específicos para os escravistas e para os escravos, além de padrões de posse bastantes específicos no núcleo urbano central da Capital paraense. Dessa forma, este artigo busca analisar as transformações operadas nesses perfis e padrões entre os anos de 1810 e 1888, em um contexto caracterizado por profundas mudanças na estrutura urbana, na população e na economia de Belém.

Belém: população, economia e estrutura urbana

Mais do que um reflexo das mudanças características do processo de modernização de algumas cidades brasileiras no Oitocentos, o desenvolvimento da Capital paraense, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, esteve relacionado ao processo de consolidação da borracha como o principal produto de exportação do Pará (CANCELA, 2011; PENTEADO, 1968; SARGES, 2010). Três eixos privilegiados de observação foram utilizados para analisar

toda a complexidade do processo de desenvolvimento de Belém no século XIX: a população, a economia e, em menor medida, a estrutura urbana da cidade. Para todos esses eixos, lançamos mão da escravidão em suas múltiplas dimensões, tomando-a como fio condutor das análises, sem desconsiderar os demais segmentos da população.

Um esforço de observação da dinâmica populacional da Belém oitocentista deve considerar, invariavelmente, as diferentes escalas espaciais adotadas pelas fontes de dados demográficos disponíveis, uma vez que esses dados se referiam de maneiras distintas a Belém: ora como um núcleo urbano central, ora como município (espaço mais amplo, com freguesias urbanas e “campestres”), ora como comarca (espaço ainda mais amplo) – escalas que, por si só, variaram ao longo do século. Diante dessas variações, nem sempre explícitas, o mais indicado seria examinar a população da cidade a partir das freguesias (unidade básica de contagem demográfica), o que permite considerar distintos recortes espaciais e as suas respectivas características demográficas e econômicas específicas (BARROSO, 2017, p. 335-336). Este artigo segue essa metodologia.

Nas primeiras décadas do século XIX, o núcleo urbano central de Belém era constituído por duas paróquias: Nossa Senhora das Graças da Sé e Santana da Campina. No ano de 1823, conforme o *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará* (BAENA, 2004, p. 260), a população de ambas as freguesias perfazia o total de 12.487 habitantes: 6.772 livres (54,2%) e 5.715 cativos (45,8%). Com o avançar do Oitocentos, e com a expansão espacial e demográfica da cidade, duas novas freguesias foram criadas: Santíssima Trindade, em 1814² e Nossa Senhora de Nazaré do Desterro, em 1861. Na década de 1870, quando o núcleo urbano central de Belém já possuía quatro paróquias, os dados do recenseamento de 1872 evidenciam que a região possuía 34.464 habitantes: 29.121 livres (84,5%) e 5.343 cativos (15,5%). Se entre 1823 e 1872 a população livre cresceu à taxa média de 3,02% a.a., a população cativa apresentou uma diminuição de 0,14% a.a.

2 Conquanto a circunscrição eclesiástica (paróquia) da Santíssima Trindade tenha sido erguida, em 1814, pelo então bispo de Belém, D. Manuel de Almeida Carvalho, a criação da freguesia, como circunscrição civil, se deu pela Lei Provincial n. 63, de 4 de setembro de 1840, sendo inaugurada em 1843 (PINTO, 1906, p. 183-187). Por conta disso, somente a partir dos meados do século XIX, há dados demográficos disponíveis para essa freguesia.

Tabela 1 – População do núcleo urbano central de Belém (1823-1872).

	Freguesia	Livres		Escravos		Total
		N	%	N	%	
1823	Sé	3.024	50,7	2.942	49,3	5.966
	Santana	3.748	57,5	2.773	42,5	6.521
	Trindade	-	-	-	-	-
	Nazaré	-	-	-	-	-
	Total	6.772	54,2	5.715	45,8	12.487
1848	Sé	6.426	66,5	3.244	33,5	9.670
	Santana	3.642	71,2	1.472	28,8	5.114
	Trindade	1.782	82,8	369	17,2	2.151
	Nazaré	-	-	-	-	-
	Total	11.850	70	5.085	30	16.935
1872	Sé	13.401	85,2	2.325	14,8	15.726
	Santana	6.942	90,6	717	9,4	7.659
	Trindade	5.908	88,6	759	11,4	6.667
	Nazaré	2.870	65	1.542	35	4.412
	Total	29.121	84,5	5.343	15,5	34.464

Fontes: Baena (2004, p. 260); Pará (1848, p. 96); Diretoria Geral de Estatística (1876, p. 211-212).

Não obstante a relativa manutenção do contingente cativo na área e no período analisados, os dados da Tabela 1 evidenciam um rearranjo espacial na distribuição da população escrava entre as freguesias belenenses. A recém-criada paróquia de Nazaré já aparecia, no início da década de 1870, com uma escravaria superior à das freguesias de Santana e Trindade somadas, ficando atrás somente da Sé, que também assistiu à redução da sua escravaria ao longo do Oitocentos. Não seria de todo desarrazoado considerar que esse rearranjo estivesse associado à mudança das elites locais – e, por conseguinte, dos seus escravos – para a nova paróquia. Em estudo precursor sobre a reestruturação urbana de Belém, entre o final do século XIX e o começo do século XX, contexto da chamada “economia da borracha”, Maria de Nazaré Sarges (2010) mostrou como os segmentos mais abastados deixaram as regiões de mais antiga colonização da cidade para se estabelecerem nas “estradas” de Nazaré.

Paralelamente, a partir de meados do século – sobretudo da década de 1870 em diante -, a cidade assistiu à consolidação de uma economia alicerçada no setor

terciário, tendo no comércio a sua atividade de excelência (TAVARES, 2016). Belém começou a se firmar como uma cidade cada vez mais cosmopolita: a população assumia contornos mais multiformes, consulados e representações de vários países se instalavam etc. Essa paisagem reconfigurada convivía, contudo, com algumas reminiscências rurais. Para além de engenhos e fazendas, situados nas cercanias de Belém, destacavam-se as rocinhas, ou seja, pequenas chácaras localizadas nos arrabaldes da cidade, em geral constituídas de vivendas cercadas por pomares e estratos de vegetação nativa.

Seja no núcleo urbano central de Belém, seja no seu entorno próximo, os cativos representaram uma importante força de trabalho no decurso do Oitocentos. O mais proeminente espaço urbano do Pará concentrou, ao longo desse século, pouco menos de um quinto de toda a escravaria paraense. Estava composta de mulheres e homens ligados aos afazeres domésticos, ao comércio (in) formal, que desenvolviam atividades diversas como escravos de “ganho”, mas que nem por isso deixavam de cuidar das pequenas produções agrícolas das rocinhas ou, ainda, das produções em larga escala de açúcar, aguardente e outros gêneros cultivados ou produzidos nos engenhos e nas fazendas, situados nas cercanias da cidade. Diante disso, cabe questionar: como se estruturava a propriedade escrava nesse contexto urbano?

Estrutura da posse de cativos no núcleo urbano central de Belém

A fim de examinar a estrutura da posse de escravos no núcleo urbano central de Belém, entre os anos de 1810 e 1888, foram analisados serialmente um conjunto de 202 inventários *post mortem* que colige, ao todo, 1.357 cativos, distribuídos da seguinte forma: 529 escravos no primeiro período de observação (1810-1850), 594 no segundo período (1851-1871) e 234 no terceiro e último período (1872-1888). Para melhor caracterização das propriedades cativas, foram classificadas em cinco faixas de tamanho: pequenos (de um a nove escravos); médios (de 10 a 19); grandes (de 20 a 49), muito grandes (de

50 a 99) e megaplantéis (com 100 ou mais). Essa classificação leva em consideração parâmetros existentes na historiografia, assim como as especificidades da realidade estudada.

Tabela 2 – Estrutura da posse de cativos (1810-1888).

	FTP	Proprietários			Escravos		
		N	%	% Ac.	N	%	% Ac.
1810-1850	01-09	40	74,1	74,1	146	27,6	27,6
	10-19	08	14,8	88,9	113	21,3	48,9
	20-49	05	9,2	98,1	130	24,6	73,5
	50-99	-	-	-	-	-	-
	100/+	01	1,9	100,0	140	26,5	100,0
	Total	54	100,0	100,0	529	100,0	100,0
1851-1871	01-09	66	84,7	84,7	257	43,3	43,3
	10-19	09	11,4	96,1	92	15,5	58,8
	20-49	01	1,3	97,4	51	8,6	67,4
	50-99	01	1,3	98,7	65	10,9	78,3
	100/+	01	1,3	100,0	129	21,7	100,0
	Total	78	100,0	100,0	594	100,0	100,0
1872-1888	01-09	67	95,7	95,7	201	85,9	85,9
	10-19	03	4,3	100,0	33	14,1	100,0
	20-49	-	-	-	-	-	-
	50-99	-	-	-	-	-	-
	100/+	-	-	-	-	-	-
	Total	70	100,0	100,0	234	100,0	100,0
1810-1888	01-09	173	85,6	85,6	604	44,5	44,5
	10-19	20	9,8	95,4	238	17,5	62,0
	20-49	06	3,0	98,4	181	13,4	75,4
	50-99	01	0,5	98,9	65	4,8	80,2
	100/+	02	1,0	100,0	269	19,8	100,0
	Total	202	100,0	100,0	1.357	100,0	100,0

OBS: FTP = Faixa de tamanho de plantel; % Ac. = Percentual acumulado. O número total de proprietários corresponde ao número de inventários *post mortem* de cada período de observação. Os casais, nos casos em que foram inventariados conjuntamente, são considerados como apenas um proprietário.

Fonte: Inventários *post mortem* (PARÁ, 1810-1888).

Em relação à distribuição dos escravistas e dos cativos de acordo com as diferentes faixas de tamanho de plantel, os dados (Tabela 2) demonstram a prevalência dos pequenos e médios plantéis, ao longo de todo o intervalo considerado. Nos três períodos, a maioria dos escravistas era de pequenos proprietários, sendo ainda razoavelmente expressiva – principalmente nos dois primeiros períodos – a participação relativa dos médios escravistas (14,8% e 11,4%, respectivamente). Os cativos também estavam concentrados nas pequenas e médias posses: 48,9% dos escravos do primeiro período, 58,8% do segundo e a totalidade dos escravos do terceiro período. Nesse sentido, os dados apontam para uma tendência à concentração, cada vez maior, dos escravos nos plantéis de menor dimensão (BARROSO, 2019).

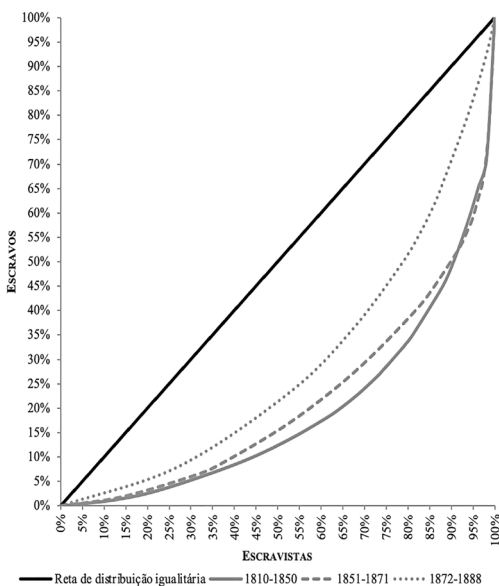
Essa concentração, sugestiva de uma tendência ao fracionamento das escravarias com o avançar do século XIX, pode ter sido consequência de uma paulatina transformação dos signos de riqueza da elite paraense naquele contexto. Como bem observou Cristina Cancela (2006, p. 250), o peso dos cativos na alocação da riqueza da elite provincial diminuiu drasticamente nas décadas de 1870 e 1880, passando a prevalecerem “os bens de raiz, os investimentos em seguros, ações e liquidação de firmas comerciais, dinheiro em conta corrente e na caderneta da Caixa Econômica”. No final dos anos de 1880 e no início da década seguinte, com a expansão da borracha nas pautas de exportação, “estradas de seringais, casas de aviação e firmas comerciais passam a ser mais frequentes nos legados” (CANCELA, 2006, p. 250).

A prevalência dos pequenos proprietários e dos escravos pertencentes a pequenos e médios plantéis mostrou um padrão encontrado em grande parte das localidades e regiões brasileiras (MOTTA; COSTA; NOZOE, 2004, p. 208), como por exemplo Manaus. Ao analisar os inventários *post mortem* dessa localidade, entre 1838 e 1885, Patrícia Sampaio mostrou que 80,7% dos escravistas eram proprietários de até nove cativos. O peso relativo dos escravos em plantéis desse porte satisfazia a 45,2% da amostra levantada pela autora

(SAMPAIO, 2014, p. 107). Uma distribuição que, vale dizer, se assemelha à que encontramos em Belém no primeiro período de observação e que viria a se alterar profundamente apenas no terceiro período, com implicações diretas nos graus de concentração da propriedade escrava.

Esses dados ficam ainda mais claros quando expressos pelas curvas de Lorenz (Gráfico 1). O fato de a curva relativa ao terceiro período se sobrepor às curvas correspondentes ao primeiro e ao segundo período confirma uma menor concentração da propriedade escrava naquele período, em relação aos anteriores. Por outro lado, o cruzamento entre as curvas concernentes ao primeiro e ao segundo período não enseja, a priori, asseverar a existência de variações em direção a um maior ou menor grau de concentração da propriedade escrava entre ambos.

Gráfico 1 – Curvas de Lorenz para a distribuição da posse de escravos em Belém (1810-1888).



Fonte: Inventários *post mortem* (PARÁ, 1888).

Quando aplicados os índices de Gini nos três períodos, os resultados foram, respectivamente, 0,61; 0,57 e 0,41. Se até 1871 a concentração da propriedade cativa alcançava um patamar moderadamente forte, a partir de 1872 esse patamar era apenas regular, tornando a posse mais bem distribuída – ou seja, menos desigual entre os escravistas – do que fora, pelo menos, até o começo dos anos de 1870.

Tabela 3 – Índices de Gini referentes à posse de cativos em diferentes localidades brasileiras com características relativamente mais urbanas.

Localidade	Ano	Principal atividade econômica	Índice de Gini
Belém (Grão-Pará) (a)	1810-1850	Comércio, serviços e agricultura (gêneros diversos)	0,61
Belém (Grão-Pará) (a)	1851-1871	Comércio, serviços e agricultura (gêneros diversos)	0,57
Belém (Grão-Pará) (a)	1872-1888	Comércio, serviços e agricultura (gêneros diversos)	0,41
São Luís (Maranhão) (b)	1872-1877	Comércio e serviços	0,488
Teresina (Piauí) (b)	1872-1877	Comércio, serviços e pecuária	0,561
Olinda (Pernambuco) (b)	1873/1875-1876	Comércio, serviços e agricultura (açúcar e algodão)	0,566
Ilhéus (Bahia) (b)	1873-1875	Agricultura (cacau)	0,627
Vila Rica (Minas Gerais) (c)	1804	Mineração	0,50
São Cristóvão (Rio de Janeiro) (d)	1870	Comércio, serviços e agricultura (café)	0,462
Vitória (Espírito Santo) (b)	1873	Agricultura (café), comércio e serviços	0,564
Curitiba (Paraná) (b)	1873-1875	Comércio, serviços, agricultura (mate) e pecuária	0,424
Paranaguá (Paraná) (b)	1873-1875	Comércio, serviços e agricultura (mate) e pesca	0,470

Fonte: (a) Inventários *post mortem* (PARÁ, 1810-1888); (b) Marcondes (2009); (c) Luna (1981); (d) Motta; Costa; Nozoe (2004).

O índice de Gini para a propriedade escrava no terceiro período examinado (0,41) mostrou-se inferior aos de algumas localidades brasileiras com características urbanas (Tabela 3). Esse índice revelou-se relativamente próximo somente aos encontrados para Curitiba (Paraná), Paranaguá (Paraná), São Luís (Maranhão) e São Cristóvão (Rio de Janeiro). Por sua vez, os índices para o primeiro (0,61) e o segundo período (0,57) observados em Belém estiveram mais próximos aos aferidos para o terceiro período em Teresina (Piauí), Olinda (Pernambuco), Ilhéus (Bahia) e Vitória (Espírito Santo). O índice calculado por Francisco Vidal Luna para Vila Rica, já no ocaso da mineração, não se aproximou dos índices que observamos para Belém, em qualquer um dos três períodos analisados.

Apesar dos diferentes tipos de fonte utilizados nos estudos referidos na Tabela 3, podemos verificar que, enquanto os indicadores relativos ao núcleo urbano central de Belém para os dois primeiros períodos de observação, aproximavam-se mais dos indicadores concernentes às localidades ainda com traços mais rurais – exemplos de Teresina, Olinda, Ilhéus e Vitória, que tinham na criação (caso da primeira) e na lavoura (casos das demais), importantes atividades econômicas -, no terceiro período observado, o índice se aproximava mais dos indicadores atinentes às localidades com traços urbanos relativamente bem demarcados, a exemplo de Curitiba, Paranaguá, São Luís e São Cristóvão. Essas aproximações apontam para uma relação entre grau de concentração da posse de cativos e economia – mais especificamente, entre as características particulares de um determinado complexo econômico e os termos de concentração da propriedade escrava.

No que toca ao critério aqui adotado, não foram associadas imediatamente as ocupações dos escravistas às atividades dos seus plantéis. Isso porque acreditamos que em um meio marcadamente urbano, como o núcleo central de Belém, não haveria necessariamente uma relação entre a atuação socio-profissional dos escravistas e as atividades nas quais os escravos sob a sua

posse estavam empregados: os escravistas que exerciam profissões liberais e os empregados públicos podem ser tomados como exemplos nesses termos. Para a classificação das atividades dos escravos, lançamos mão somente dos inventários *post mortem*, atentando para as suas atividades econômicas características, sem as cotejarmos a outras fontes de natureza qualitativa.

Como consequência desta escolha metodológica, a classificação aqui apresentada não diferencia os escravos entre três dos principais ramos de atividade habitualmente associados pela historiografia à escravidão urbana, a saber: os cativos domésticos, os de ganho e os de aluguel (diferenciamos apenas os ligados à indústria). Trata-se de atividades que, muito embora distintas – seja nos tipos de serviços prestados pelos cativos, seja nos parâmetros de interação deles com seus respectivos senhores, com aqueles que usufruíam de seus serviços ou com as populações livre e cativa de Belém -, nem sempre são discerníveis pela análise de inventários *post mortem*. Portanto, mais do que um esforço de generalização, a classificação adotada considera os limites da documentação trabalhada (BARROSO, 2019).

Tabela 4 – Distribuição dos plantéis segundo as faixas de tamanho e as atividades características (1810-1850).

Atividade	FTP						Escravos		
	01-09	10-19	20-49	50-99	100/+	Total	N	Média	%
Escravos de ganho, de aluguel e domésticos	33	07	04	-	-	44	308	7,0	58,1
Comércio	01	-	-	-	-	01	04	4,0	0,8
Ferraria e caldeiraria	02	-	-	-	-	02	12	6,0	2,3
Quintas e rocinhas	02	01	01	-	-	04	51	12,8	9,6
Cacau e olaria	-	-	-	-	01	01	140	140,0	26,5
Subsistência ou abastecimento	-	01	-	-	-	01	12	12,0	2,3
Sem atividade característica	01	01	-	-	-	02	02	1,0	0,4
Total	39	10	05	-	01	55	529	9,6	100,0

Fonte: Inventários *post mortem* (PARÁ, 1810-1850).

Pela classificação adotada, os escravos de ganho, de aluguel e domésticos representavam a maioria dos cativos de nossa amostra, entre 1810 e 1850. As quintas e as rocinhas existentes nos limites geográficos do núcleo central da cidade reuniam praticamente um décimo dos cativos examinados. Nelas, para além das atividades domésticas e das designadas para a sua manutenção, os cativos trabalhavam na produção de frutos diversos e na criação de poucos animais – diferenciando-os, tendo em vista essa especificidade, dos outros tipos de escravos citados. Mostrou-se igualmente expressivo o número de cativos empregados na produção de cacau e cerâmica. Foram identificados, também, grupos envolvidos na produção de gêneros de subsistência e abastecimento diversificados, no comércio e em oficinas de caldeiraria, como a já mencionada oficina de José Infante. Ao todo, 38,4% dos escravos computados, entre 1810 e 1850, ainda exerciam atividades integradas ao meio rural (Tabela 4).

Examinando notícias de jornais veiculadas nos periódicos em circulação em Belém na década de 1840, Bárbara Palha observou que, nos anúncios e avisos, era frequente o interesse por cativas, para desenvolverem atividades “geralmente associadas ao público feminino”, como a lavagem e engomagem de roupas, a costura e o preparo de alimentos. A autora encontrou igualmente anúncios nos quais locadores ofereciam e potenciais locatários mostravam interesse por escravas para atuar como amas de leite, no comércio de alimentos nas ruas e nas quitandas, bem como na lavoura (PALHA, 2011, p. 93-98). Esse perfil particular de oferta e procura por mão de obra escrava no núcleo urbano central de Belém, afigurava-se intimamente atrelado às atividades de ganho, de aluguel e domésticas, predominantes entre os escravos de nossa amostra para o primeiro período de observação.

Os plantéis com escravos de ganho, de aluguel e domésticos possuíam, em média, sete cativos, com desvio-padrão de 7,3. O índice de Gini entre tais escravarias era de 0,49, evidenciando um nível de concentração da posse de escravos apenas mediano – inferior, portanto, ao aferido para o conjunto de escravarias do primeiro período estudado (0,61), índice este moderadamente forte. Mesmo que não seja recomendável que calculemos indicadores estatísticos semelhan-

tes para as demais atividades devido ao pequeno número de observações encontrado, é possível notarmos que os plantéis com esse tipo de atividades não estavam entre aqueles que exibiam um maior número médio de escravos no primeiro período. As poucas quintas e rocinhas identificadas nesses anos, por exemplo, exibiam um número médio de cativos (12,3), por certo mais expressivo do que aqueles plantéis (7,0)³.

Os dados da Tabela 5 evidenciam que os plantéis com cativos de ganho, de aluguel e domésticos também concentravam o maior número de escravos no segundo período de observação, embora em menor quantidade do que o período anterior. Mostrou-se expressivo, também, o número de escravos empregados na produção de derivados da cana-de-açúcar, que representavam praticamente um terço dos cativos analisados entre 1851 e 1871. O comércio e, em menor medida, a produção de gêneros de subsistência e abastecimento e de arroz alcançaram, igualmente, algum relevo entre as principais atividades. As quintas e rocinhas, por sua vez, reuniram tão somente 1,7% dos escravos do segundo período, percentual inferior ao alcançado entre os anos de 1810 e 1850 (9,6%).

Tabela 5 – Distribuição dos plantéis segundo as faixas de tamanho e as atividades características (1851-1871).

Atividade	FTP						Escravos		
	01-09	10-19	20-49	50-99	100/+	Total	N	Média	%
Escravos de ganho, de aluguel e domésticos	60	01	-	-	-	61	284	4,6	47,8
Comércio	04	02	-	-	-	06	42	7,0	7,1
Ourivesaria	01	-	-	-	-	01	05	5,0	0,8
Padaria	01	-	-	-	-	01	04	4,0	0,7
Quintas e rocinhas	04	-	-	-	-	04	10	2,5	1,7
Derivados da cana-de-açúcar	-	-	-	01	01	02	194	97,0	32,7
Subsistência ou abastecimento	01	-	01	-	-	02	28	14,0	4,7
Arroz	-	-	01	-	-	01	27	27,0	4,5
Total	71	03	02	01	01	78	594	7,6	100,0

Fonte: Inventários *post mortem* (PARÁ, 1810-1888).

3 Resultado do teste *t-Student*: $t(46) = 1,48$, $p = 0,15$ – não significativo.

Em que pese a permanência de um notável contingente de escravos alocados em atividades rurais (43,6%), os dados sinalizam uma diversificação nas atividades urbanas exercidas pelos cativos em relação ao primeiro período analisado. No segundo período, é possível observá-los empregados em novas atividades, bem como a expansão da atuação no comércio – atividade que concentrou 7,1% dos escravos nesse período. Merecem destaque os empregados na ourivesaria e na padaria: o cativo Francisco, de 36 anos, pertencente a José Inácio de Faria, era oficial de ourives (PARÁ, 1870); já Amélio e Joaquim, cativos crioulos de 30 e 50 anos de idade, respectivamente, exerciam o ofício de padeiro no estabelecimento de seu senhor, João Antônio de Henriques (PARÁ, 1871). Diferentemente deles, os escravos empregados no comércio não realizavam ofícios especializados (BARROSO, 2019).

Nesse sentido, em comparação com as atividades econômicas desempenhadas pelos cativos do primeiro período, as atividades econômicas dos escravos do segundo período sinalizam, ao mesmo tempo, permanências e indicativos de mudanças. Se, por um lado, conservou-se a paisagem urbana – ainda marcada, é verdade, por traços rurais – do escravismo do núcleo central de Belém, por outro lado, podemos verificar uma maior diversificação das atividades urbanas e também variações, para baixo, na média de cativos por escravaria e no grau de concentração da propriedade cativa, principalmente entre os plantéis cujos escravos exerciam atividades de ganho, de aluguel e domésticas. Isso em um contexto em que a cidade de Belém experimentava a expansão de seu perímetro urbano e um acelerado crescimento de sua população livre.

Ao analisar os anúncios de cativos no *Diário de Belém*, um dos principais jornais em circulação na cidade nas décadas de 1870 e 1880, Luiz Carlos Laurindo encontrou frequentes anúncios oferecendo e procurando cativos que exercessem atividades ligadas ao ambiente doméstico. Com a precisa relativização do termo “doméstico” (o autor situa os escravos ditos domésticos no contexto mais amplo da escravidão urbana, entendendo que suas atividades não se restringiam ao espaço doméstico em si, tampouco a um determinado conjunto de atividades que, a priori, não gerasse rendimentos ao proprietário), Laurindo

(2012, p. 74-120) evidencia como esses cativos predominavam nos anúncios, bem como aqueles ligados a outras atividades no âmbito da escravidão urbana, conquanto ainda houvesse alguma procura para atividades rurais.

Os dados apresentados na Tabela 6, referentes ao terceiro período analisado, indicam a consolidação das características marcadamente urbanas do escravismo no núcleo central da cidade de Belém. Ao contrário do que observamos entre 1810 e 1871, as atividades ligadas ao meio rural deixaram de concentrar grande número de cativos, reunindo somente 10,7% dos escravos do período. Todos os demais exerciam atividades vinculadas ao meio urbano (95,3%), com destaque novamente para os plantéis com cativos de ganho de aluguel e domésticos (68,4%). Em um plano abaixo, estavam as atividades comerciais (13,2%), seguidas pela produção de cerâmica e pela tipografia, que completam o quadro de atividades, concentrando 7,7% dos escravos (BARROSO, 2019).

Tabela 6 – Distribuição dos plantéis segundo as faixas de tamanho e as atividades características (1872-1888).

Atividade	FTP						Escravos		
	01-09	10-19	20-49	50-99	100/+	Total	N	Média	%
Escravos de ganho, de aluguel e domésticos	52	01	-	-	-	53	160	3,0	68,4
Comércio	09	01	-	-	-	10	31	3,1	13,2
Olaria	02	-	-	-	-	02	10	5,0	4,3
Tipografia	01	-	-	-	-	01	08	8,0	3,4
Quintas e rocinhas	02	-	-	-	-	02	04	2,0	1,7
Subsistência ou abastecimento	01	-	-	-	-	01	07	7,0	3,0
Pecuária	-	01	-	-	-	01	14	14,0	6,0
Total	67	03	-	-	-	70	234	3,3	100,0

Fonte: Inventários *post mortem* (PARÁ, 1810-1888).

Reforçando uma tendência evidenciada no segundo período, as posses com cativos de ganho, de aluguel e domésticos apresentaram uma nova redução no número médio por escravaria (de 4,6 para 3,0)⁴. No entanto, embora somente 40,6% desses escravos estivessem sob a propriedade direta de

⁴ Resultado do teste *t-Student*: $t(112) = 3,09$, $p < 0,001$ – altamente significativo.

mulheres escravistas, a elevada participação relativa de cativos exercendo as atividades analisadas pode apontar para um padrão de organização do escravismo no centro de Belém, onde a atuação econômica de grande parte dos escravos estava sob o controle de mulheres, fossem elas mesmas as proprietárias ou aparentadas de algum deles. Um padrão em que ganhavam grande destaque as senhoras – de direito ou de fato – de poucos escravos, que “compunham toda uma graduação descendente de remediadas, que reunia desde figuras aristocráticas [...] a concubinas sem sobrenome” (DIAS, 1995, p. 119).

Nas duas últimas décadas da escravidão em Belém, com o avanço da legislação emancipacionista e as transformações ocorridas, em âmbito local, na estrutura urbana, na economia e na demografia da Capital paraense, a grande maioria dos escravos do núcleo central da cidade era formada por cativos de ganho, de aluguel e domésticos, ou em atividades urbanas associadas ao comércio e à prestação de serviços em geral, em detrimento das atividades atreladas ao meio rural que, outrora, concentravam uma fração expressiva dos cativos de Belém. Era nos pequenos plantéis – via de regra, unitários ou com dois escravos – que esses escravos estavam alocados, cuidando das tarefas domésticas, atuando no mercado informal ou em outras atividades, em oficinas ou no espaço público – seja com maior autonomia, nas atividades de ganho, ou alugados por seus senhores.

As transformações na estrutura da posse de escravos, assim como nas atividades econômicas em que estavam empregados, são traços reveladores não somente da mutação dos signos de riqueza da elite paraense e das mudanças de variadas ordens ocorridas em Belém, ao longo do Oitocentos, mas também da organização de uma lógica econômica cada vez menos dependente da força de trabalho cativa, embora, em grande medida, ainda subsidiária dela no processo de transição para o trabalho livre e assalariado, que coincidiu – em termos regionais – com a consolidação da borracha como o principal produto de exportação do Pará (BARROSO; LAURINDO JÚNIOR, 2017). Teriam essas transformações, com evidentes consequências no perfil dos escravistas e na estrutura da posse, implicado alterações nas características dos cativos em si?

Características demográficas e econômicas dos escravos

Em relação à caracterização dos escravos conforme a origem (africana ou crioula), o sexo e a idade, foi analisada uma amostra constituída pelos 1.357 escravos computados nos três períodos examinados. No que diz respeito especificamente ao terceiro período de observação, cabe esclarecer que não são considerados os filhos ingênuos das mulheres cativas, nascidos após a Lei Rio Branco (1871), tampouco os cativos libertados pela Lei Saraiva-Cotegipe (1885). Quanto à origem (Tabela 7), obteve-se o seguinte resultado:

Tabela 7 – Distribuição dos escravos segundo a origem africana ou crioula (1810-1888).

	FTP	Origem				Razão de africanidade	Total
		Brasil		África			
		N	%	N	%		
1810-1850	01-09	89	61,4	56	38,6	62,9	145
	10-19	94	84,7	17	15,3	18,1	111
	20-49	79	60,8	51	39,2	64,6	130
	50-99	-	-	-	-	-	-
	100/+	137	97,9	03	2,1	2,2	140
	Total	399	75,9	127	24,1	31,8	526
1851-1871	01-09	245	97,2	07	2,8	2,9	252
	10-19	90	97,8	02	2,2	2,2	92
	20-49	24	100,0	-	-	-	24
	50-99	65	100,0	-	-	-	65
	100/+	109	84,5	20	15,5	18,3	129
	Total	533	94,8	29	5,2	5,4	562
1872-1888	01-09	197	99,5	01	0,5	0,5	205
	10-19	19	100,0	-	-	-	19
	20-49	-	-	-	-	-	-
	50-99	-	-	-	-	-	-
	100/+	-	-	-	-	-	-
	Total	216	99,6	01	0,4	0,4	224
1810-1888	01-09	531	89,2	64	10,8	12,1	602
	10-19	203	91,4	19	8,6	9,4	222
	20-49	103	66,9	51	33,1	49,5	154
	50-99	65	100,0	-	-	-	65
	100/+	246	91,4	23	8,6	9,3	269
	Total	1.148	88,0	157	12,0	13,6	1.312

Fonte: Inventários *post mortem* (PARÁ, 1810-1888).

Portanto, a despeito da representatividade dos escravos africanos no primeiro período de observação, a escravaria do núcleo urbano central de Belém foi constituída, ao longo de todo o século, por uma expressiva maioria de crioulos – segmento que, nas últimas duas décadas da escravidão, chegou a representar quase a totalidade dos cativos da região. Os africanos representavam praticamente um quarto (24,1%) dos escravos do primeiro período, 5,2% do segundo e 0,4% do terceiro, sendo todos os demais de origem crioula.

Não obstante os dados demonstrarem que a população cativa do núcleo urbano central de Belém era majoritariamente crioula, ao longo de todo o intervalo analisado, o número de africanos existentes na cidade, na primeira metade do século, alcançou um patamar expressivo (24,1%), corroborando alguma capacidade dos escravistas belenenses de formar, renovar e ampliar as suas escravarias, por meio da aquisição de cativos vindos da África. Essa capacidade, no entanto, foi limitada pela oferta desses escravos na cidade. Nos plantéis relativos às décadas de 1810 e 1820, quando o tráfico atlântico ainda era mais intenso para o Pará, a presença relativa dos africanos (41,6%, perfazendo uma razão de africanidade de 71,3) superou a dos plantéis atinentes aos anos de 1830 e 1840 (17,2%, com razão de africanidade de 20,8).

Caso consideremos apenas os escravos com 15 ou mais anos de idade, o peso relativo dos africanos, em meio à população cativa na área estudada, na primeira metade do século XIX, se mostra decerto ainda mais significativo. No primeiro subperíodo em estudo (décadas de 1810 e 1820), eles representavam a maioria (54,8%) dos escravos nessa faixa etária; com participação relativa para o segundo subperíodo (anos de 1830 e 1840) de 27,5%. Em todo o primeiro período examinado (1810-1850), eram pouco mais de um terço (35,9%) da população cativa com idade a partir dos 15 anos. Trata-se, porém, de números que devem ser interpretados com cautela, sobretudo em relação ao primeiro subperíodo, tendo em vista o pequeno número de observações que compõem a nossa amostra.

Dos 127 cativos africanos investigados entre os anos de 1810 a 1850, conseguimos identificar as regiões de proveniência de 112: 23 (20,5%) eram originários da África Ocidental e 89 (79,5%), da África Central Atlântica e de Moçambique. A diferença entre as regiões de procedência reflete, em grande medida, o deslocamento no eixo privilegiado do tráfico de escravos para o Grão-Pará (da África Ocidental para a África Central Atlântica), ocorrido nas últimas décadas do Setecentos, após a dissolução da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A desestruturação do tráfico atlântico direcionado ao Pará, a partir da década de 1820, e sua interdição definitiva para o Brasil, com a Lei Eusébio de Queirós (1850), não cessaram permanentemente a entrada de novos cativos na província, apesar de ter sido condicionada à dinâmica do tráfico interno⁵.

No que concerne à distribuição dos escravos segundo o sexo, se mostrou equilibrada nos dois primeiros períodos analisados, sendo a maioria pertencente ao sexo masculino em ambos os períodos, evidenciada pelas razões de, respectivamente, 101,9 e 105,5. Essa predominância entre os cativos se repetiu, com diferentes gradações, em praticamente todas as faixas de tamanho de plantel; exceto entre as pequenas escravarias do primeiro e, sobretudo, do segundo período, que apresentaram uma predominância feminina em suas composições, e no caso das médias escravarias do segundo período, que apresentaram uma distribuição igualitária dos escravos. No terceiro período, a maioria dos cativos examinados era do sexo feminino (razão de sexo de 69,6), o que pode ter sido favorecido pelo fato de não termos identificado escravarias com 20 ou mais cativos no período (a proporção entre homens e mulheres nas duas faixas de tamanho de plantel identificadas foi semelhante às suas correlatas no segundo período).

⁵ Sobre as estimativas do tráfico atlântico e interno direcionado ao Pará, ver: Hawthorne (2010); Laurindo Júnior; Bezerra Neto (2018).

Tabela 8 – Distribuição dos escravos segundo o sexo (1810-1888).

	FTP	Sexo				Razão de sexo	Total
		Homens		Mulheres			
		N	%	N	%		
1810-1850	01-09	69	47,3	77	52,7	89,6	146
	10-19	58	51,3	55	48,7	105,5	113
	20-49	67	51,5	63	48,5	106,3	130
	50-99	-	-	-	-	-	-
	100/+	73	52,1	67	47,9	109,0	140
	Total	267	50,5	262	49,5	101,9	529
1851-1871	01-09	105	40,9	152	59,1	69,1	257
	10-19	46	50,0	46	50,0	100,0	92
	20-49	28	54,9	23	45,1	121,7	51
	50-99	37	56,9	28	43,1	132,1	65
	100/+	89	69,0	40	31,0	222,5	129
	Total	305	51,3	289	48,7	105,5	594
1872-1888	01-09	80	39,8	121	60,2	66,1	201
	10-19	16	48,5	17	51,5	94,1	33
	20-49	-	-	-	-	-	-
	50-99	-	-	-	-	-	-
	100/+	-	-	-	-	-	-
	Total	96	41,0	138	59,0	69,6	234
1810-1888	01-09	254	42,1	350	57,9	72,6	604
	10-19	120	50,4	118	49,6	101,7	238
	20-49	95	52,5	86	47,5	110,5	181
	50-99	37	56,9	28	43,1	132,1	65
	100/+	162	60,2	107	39,8	151,4	269
	Total	668	49,2	689	50,8	97,0	1.357

Fonte: Inventários *post mortem* (PARÁ, 1810-1888).

Os dados se mostraram distintos daqueles encontrados por Antônio Baena em 1823. O autor assinalou que, dos 5.715 escravos residentes nas freguesias urbanas de Belém naquele ano, 3.252 (56,9%) eram homens e 2.463 (43,1%), mulheres (BAENA, 2004, p. 218) – produzindo uma razão de sexo de 132,0, superior àquela que encontramos para a primeira metade do século (101,9). Por outro lado, ao cotejarmos os dados de nossa amostra para os dois últimos períodos de observação com as informações fornecidas pelo recenseamento de 1872, verificamos uma grande semelhança na distribuição dos escravos segundo o sexo: dos 5.343 cativos residentes nas freguesias urbanas de Belém

em 1872, 2.609 (48,8%) eram homens e 2.734 (51,2%), mulheres (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1876, p. 211-212) – uma razão de sexo de 95,4, decerto mais próxima da calculada para o segundo e o terceiro períodos de observação conjuntamente (93,9).

Uma das transformações que contribuiu para essa diferença foi a variação no peso relativo dos africanos antes e depois de 1830, à qual já nos reportamos. Enquanto a razão de sexo geral dos plantéis das décadas de 1810 e 1820 – quando os africanos representavam, ainda, uma parcela expressiva dos cativos analisados (41,6%) –, foi de 120,6, a razão de sexo geral dos plantéis compilados nas décadas de 1830 e 1840, quando os africanos já representavam uma parcela menor (20,8%), foi de 95,4. As razões de sexo gerais de ambos os subperíodos se aproximaram, principalmente, daquelas que encontramos para os cativos crioulos (94,6) e para os escravos africanos (126,8) no primeiro período (1810-1850). Cumpre observar, igualmente, que a razão de sexo aferida para os plantéis dos anos de 1810 e 1820 é mais próxima à dos dados de Baena (132,0).

A Tabela 8 indica, além disso, que a participação relativa de homens e mulheres entre os escravos analisados variava segundo as diferentes faixas de tamanho de plantel consideradas. No primeiro período, essa relação não se mostrou efetiva, salvo no caso das pequenas escravarias, que se diferenciaram dos médios, grandes e megaplantéis do período, pela prevalência feminina em sua composição. Principalmente no segundo, mas também no terceiro período de observação, podemos notar que, quanto maiores eram os plantéis, maiores eram os pesos relativos dos homens em sua constituição. De todas as 202 escravarias analisadas, a que apresentou o maior peso relativo de escravos homens foi a do Engenho do Murucutu, propriedade do segundo período, pertencente a Vicente Antônio de Miranda, cujo plantel perfazia a razão de sexo de 222,5 (PARÁ, 1853).

O reduzido peso relativo dos homens entre os cativos do terceiro período de observação, mesmo que possa ser, em certa medida, consequência da possível

evasão gerada pelo tráfico interno, parece ter sido resultante da consolidação da natureza urbana do escravismo em Belém, nas décadas de 1870 e 1880. Assim, a composição da escravaria belenense de acordo com o sexo teria acompanhado as próprias transformações no perfil dos escravistas e na estruturação da posse, ocorridas, sobretudo, entre os dois primeiros e o terceiro período de observação (BARROSO, 2019).

Em Manaus, outra localidade amazônica em que os escravos se dedicavam, principalmente, às atividades de ganho, de aluguel e atividades domésticas, o peso relativo de homens e mulheres na sua população cativa era próximo ao que encontramos para Belém no terceiro período. Analisando os inventários *post mortem* do termo de Manaus, entre 1837 e 1885, Sampaio observou também uma maioria feminina entre os escravos. Dos 538 cativos da amostra da autora, 242 (45%) eram homens e 296 (55%), mulheres, resultando em uma razão de sexo de 81,8. Conquanto essa razão supere a que calculamos para o terceiro período, o recorte temporal abarcado pela autora leva em conta um momento em que Manaus ainda exibia reminiscências rurais mais bem definidas (SAMPAIO, 2014, p. 104).

Interessa-nos agora analisar a distribuição dos escravos conforme a idade (Tabela 9). Consideramos como cativos jovens os menores de 15 anos; como adultos, aqueles entre 15 e 49 anos; e como “velhos”, aqueles com 50 ou mais anos de idade (MOTTA, 2010). Inicialmente, procuramos verificar a distribuição dos escravos por esses três grupos etários, com relação às faixas de tamanho de plantel, observando possíveis variações nessa distribuição ao longo dos três períodos analisados. Em um segundo momento, procuramos verificar as idades médias dos cativos ao longo dos três períodos, observando diferenças conforme o sexo e a origem – focando no caso específico do primeiro período, dada a pouca expressividade demográfica dos africanos no segundo e no terceiro período.

Tabela 9 – Distribuição dos escravos segundo os grupos etários (1810-1888).

FTP		Grupo etário (em anos)						Idade média e desvio padrão (em anos)		Total
		0-14		15-49		50/+		IM	DP	
		N	%	N	%	N	%			
1810-1850	01-09	44	30,1	89	61,0	13	8,9	24,6	16,1	146
	10-19	38	35,2	58	53,7	12	11,1	24,8	17,9	108
	20-49	38	29,5	76	58,9	15	11,6	26,8	16,8	129
	50-99	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	100/+	61	43,9	59	42,4	19	13,7	23,2	18,4	139
	Total	181	34,7	282	54,0	59	11,3	24,8	17,3	522
1851-1871	01-09	86	34,1	132	52,4	34	13,5	25,5	17,7	252
	10-19	31	34,1	46	50,5	14	15,4	25,1	18,6	91
	20-49	10	41,7	10	41,7	04	16,6	22,6	19,2	24
	50-99	22	33,8	29	44,6	14	21,4	27,0	20,0	65
	100/+	26	20,8	71	56,8	28	22,4	32,0	18,2	125
	Total	175	31,4	288	51,7	94	16,9	26,9	18,5	557
1872-1888	01-09	27	14,5	137	73,7	22	11,8	28,9	14,5	186
	10-19	06	31,6	13	68,4	-	-	21,7	9,3	19
	20-49	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	50-99	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	100/+	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	33	16,1	150	73,2	22	10,7	28,2	14,2	205
1810-1888	01-09	157	26,9	358	61,3	69	11,8	26,4	16,4	584
	10-19	75	34,4	117	53,7	26	11,9	24,7	17,6	218
	20-49	48	31,4	86	56,2	19	12,4	26,2	17,2	153
	50-99	22	33,8	29	44,6	14	21,4	27,0	20,0	65
	100/+	87	33,0	130	49,2	47	17,8	27,4	18,8	264
	Total	389	30,3	720	56,1	175	13,6	26,3	17,4	1.284

Fonte: Inventários *post mortem* (PARÁ, 1810-1888).

A análise dos dados evidencia a maioria de adultos, em todos os períodos de observação, sendo também bastante expressivo o número de escravos jovens e menos expressivo o número de escravos considerados velhos. Os cativos jovens perfizeram cerca de um terço dos escravos do primeiro e do segundo período de observação, vindo a perder representatividade apenas no terceiro período analisado – uma clara consequência da Lei Rio Branco (1871), que tornou ingênuos, e não mais escravos, os filhos das mulheres escravas. Os velhos, por sua vez, equivalem a pouco mais de 15% dos escravos no segundo

período examinado e a pouco mais de um décimo dos cativos, no primeiro e no terceiro períodos (neste caso, mesmo diante da queda na participação relativa dos jovens pelo motivo já explicitado).

As idades dos cativos apresentaram variações estatisticamente significativas entre as diferentes faixas de tamanho de plantel, tanto no segundo⁶ quanto no terceiro período⁷. Apenas no primeiro, as idades não variaram segundo as diferentes faixas de tamanho de plantel⁸. No segundo, essas variações foram decorrentes da menor idade média dos cativos dos médios plantéis e da maior idade média dos escravos da megapropriedade estudada (o já mencionado Engenho do Murucutu), em relação à idade média geral dos escravos desse período. No caso do terceiro, tal variação derivou do fato de a idade média dos cativos dos pequenos plantéis ter superado a idade média dos escravos dos médios plantéis; nesse período, não encontramos plantéis grandes, muito grandes ou megaplantéis.

Em geral, a tirarmos pelos dados de nossa amostra, a população cativa do núcleo urbano central de Belém apresentou uma leve tendência ao envelhecimento ao longo do século XIX. A idade média geral dos escravos no primeiro período ascendeu de 24,8 anos (DP = 17,3) para 26,9 anos (DP = 18,5) no segundo e 28,2 anos (DP = 14,2), no terceiro período analisado⁹. Esses dados, vale dizer, concernem às idades médias dos escravos de cada período como um todo. Para além das variações gerais indicadas, é possível observarmos variações nas idades médias dos cativos de cada faixa de tamanho de plantel entre os três períodos de observação considerados. Foram os casos, por exemplo, do aumento da idade média dos escravos dos pequenos plantéis entre o segundo e o terceiro período¹⁰ e da diminuição da idade média dos cativos dos médios plantéis no mesmo período¹¹.

6 Resultado do teste *One-Way Anova*: $F(04, 552) = 3,31, p = 0,01$ – altamente significativo.

7 Resultado do teste *t-Student*: $t(203) = 2,12, p = 0,04$ – significativo.

8 Resultado do teste *One-Way Anova*: $F(03, 2.672) = 2,26, p = 0,08$ – não significativo.

9 Resultado do teste *One-Way Anova*: $F(02, 1.281) = 3,50, p = 0,03$ – significativo.

10 Resultado do teste *t-Student*: $t(436) = 2,14, p = 0,03$ – significativo.

11 Resultado do teste *t-Student*: $t(108) = 0,78, p = 0,44$ – não significativo.

Sampaio observou, em 88 autos de inventários *post mortem* do termo da cidade de Manaus, entre 1838 e 1885, uma distribuição semelhante às que encontramos para Belém nos dois primeiros períodos analisados. Na Capital da antiga comarca e depois província do Amazonas, 35,9% dos cativos possuíam até 12 anos, 53,9% tinham entre 13 e 45, e os outros 10,2%, mais de 45 anos de idade (SAMPAIO, 2014, p. 104). Ainda que a autora tenha argumentado tratar-se de uma população que “tendia ao envelhecimento” (SAMPAIO, 2014, p. 103), são notáveis os pesos relativos dos escravos jovens e dos cativos adultos na sua composição, os quais representavam quase nove em cada dez escravos da amostra de Sampaio. Por ter sido uma população relativamente bem equilibrada em relação ao sexo, é possível que a manutenção da escravidão em Manaus tenha sido bastante subordinada a sua reprodução endógena, a exemplo de Belém.

* * *

Neste artigo, analisamos a estrutura da posse de cativos no núcleo urbano central de Belém, entre os anos de 1810 e 1888, a partir de três eixos privilegiados de observação: as características dos escravistas, os padrões da posse de cativos e as características dos escravos. Tais aspectos foram examinados à luz das diversas transformações sociais, econômicas e demográficas operadas na cidade ao longo do século e, sempre que possível, contextualizados, em um patamar mais amplo, com os dados de outras localidades brasileiras do Oitocentos, associadas ao meio urbano, com destaque para os dados atinentes à outra proeminente cidade amazônica, Manaus. Construimos, assim, um amplo quadro explicativo do escravismo no núcleo urbano central de Belém, que forneceu a base para analisar as inflexões ocorridas nos fundamentos econômicos e demográficos da escravidão nessa região.

A concentração dos cativos entre os escravistas se mostrou moderadamente forte, tanto no primeiro quanto no segundo, e regular no terceiro período de

observação. Considerando todo o intervalo contemplado, verificamos que a maioria dos escravistas eram pequenos ou médios proprietários e que a maioria dos escravos também estavam alocados nos plantéis com menos de 20 cativos. Com o progredir do século XIX, os pesos relativos dos pequenos e médios escravistas e dos escravos reunidos nos pequenos e médios plantéis expuseram uma tendência de crescimento. Nas últimas duas décadas da escravidão, a totalidade dos escravistas e das escravarias de nossa amostra era detentora ou composta por plantéis pequenos e médios, assinalando um claro movimento de fracionamento dos plantéis, principiado no segundo e consagrado no terceiro período.

Em todos os períodos analisados, a maioria dos escravos estavam reunidos em escravarias ligadas a atividades econômicas urbanas, sobretudo naquelas com escravos de ganho, de aluguel e domésticos. Nos dois primeiros períodos, ainda era expressivo o número de cativos em plantéis que desenvolviam atividades rurais, mesmo no espaço marcadamente urbano de Belém, seja nas quintas e nas rocinhas, seja na produção de gêneros diversos de subsistência e abastecimento: arroz, derivados da cana-de-açúcar ou cacau. No terceiro período, que coincidiu cronologicamente com a intensificação do processo de urbanização da cidade, incrementada pelos excelentes resultados que a exportação da borracha propiciava para a economia paraense já naqueles anos, o peso dos plantéis ligados às atividades rurais caiu drasticamente, enraizando a natureza urbana do escravismo belenense.

O perfil dos escravos conforme a origem (africana ou crioula), o sexo e a idade não esteve alheio às transformações no perfil dos escravistas, nos padrões de posse e na própria economia paraense com o avançar do século. Os escravos africanos, que na primeira metade do Oitocentos ainda correspondiam a cerca de um quarto dos cativos do núcleo urbano central de Belém, perderam a sua representatividade em decorrência do abrandamento do tráfico atlântico, já a partir dos anos de 1820, e da reprodução endógena da escravaria da re-

gião. Não obstante o efetivo impacto dessa reprodução, os cativos da área estudada apresentaram tendência ao envelhecimento. Ademais, as mulheres escravas assistiram ao crescimento de seu peso relativo no conjunto de cativos analisados, perfazendo cerca de 60% deles no terceiro período de observação.

Ainda que o perfil dos cativos estivesse intimamente relacionado aos plantéis com escravos de ganho, de aluguel e domésticos – que representaram a maioria das escravarias nos três períodos de observação –, as características dos escravos, conforme a origem (africana ou crioula), o sexo e a idade, também variaram segundo as atividades econômicas das propriedades. A prevalência feminina entre os escravos do terceiro período observado, por exemplo, guardou relação com a consolidação de uma maioria feminina entre os escravos dos plantéis com as características citadas, que alcançaram uma proporção de praticamente duas cativas para cada cativo do sexo masculino. Por sua vez, as escravarias dedicadas à produção de derivados da cana-de-açúcar foram aquelas que ainda apresentaram algum peso relativo de africanos em sua composição no segundo período estudado.

Referências

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX*. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BAENA, Antônio. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004 [1839].

BARROSO, Daniel Souza. Nas ruas, rocinhas e casas: notas sobre a estrutura da posse de cativos no núcleo urbano central de Belém (1810-1888). In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 9., 2019, Florianópolis. *Anais [...]* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. p. 1-15.

BARROSO, Daniel Souza. *O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)*. 2017. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARROSO, Daniel Souza; LAURINDO JÚNIOR, Luiz Carlos. À margem da segunda escravidão? A dinâmica da escravidão no vale amazônico nos quadros da economia-mundo capitalista. *Tempo*, Niterói, v. 23, n. 3, p. 567-88, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tem/v23n3/1980-542X-tem-23-03-568.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2020.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica (Belém, 1870-1920)*. Belém: Editora Açaí, 2011.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém, 1870-1920)*. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995 [1984].

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral do Império de 1872*. v. 1. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger; Tip. Commercial, 1876.

HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil: culture, identity, and an Atlantic slave trade, 1600-1830*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LAURINDO JÚNIOR, Luiz Carlos. *A cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Pará (1871-1888)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

LAURINDO JÚNIOR, Luiz Carlos; BEZERRA NETO, José Maia. Alguns vêm de lá, outros de cá: a Amazônia no tráfico interno brasileiro de escravos (século XIX). *História*, São Paulo, v. 37, p. 1-30, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/his/v37/1980-4369-his-37-e2018021.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2020.

LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. São Paulo: IPE/USP, 1981.

MARCONDES, Renato Leite. *Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870*. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2009.

MOTTA, José Flávio. O tráfico de escravos velhos (Província de São Paulo, 1861-1887). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 52, p. 41-73, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/24109/16135>. Acesso em: 3 nov. 2020.

MOTTA, José Flávio; Costa, Iraci del Nero da; NOZOE, Nelson Hideiki. Às vésperas da Abolição: um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão, 1870. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 157-213, jan./mar. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ee/v34n1/v34n1a06.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2020.

PALHA, Bárbara da Fonseca. *Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

PARÁ. Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Juízo de Órfãos. *Inventários post mortem*. Juízo de Órfãos. Quatro processos. Registro em: 1810-1850. [S. l.: s. n], 1810-1850.

PARÁ. Centro de Memória da Amazônia da Universidade Federal do Pará (CMA/UFPa). Cartórios Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Leão (4ª Vara Cível), Fabiliano Lobato (11ª Vara Cível) e Sarmento (14ª Vara Cível). *Inventários post mortem*. 198 processos. Registro em: 1810-1888. [S. l.: s. n], 1810-1888.

PARÁ. Centro de Memória da Amazônia da Universidade Federal do Pará (CMA/UFPa). Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), *Inventários post mortem*, cx. 27 (1871B). *Inventário post mortem* de João Antônio de Henriques. Registro em: 1871. [S. l.: s. n], 1871.

PARÁ. Centro de Memória da Amazônia da Universidade Federal do Pará (CMA/UFPa). Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), *Inventários post mortem*, cx. 21 (1867). *Inventário post mortem* de João Antônio de Madureira. Registro em: 1867. [S. l.: s. n], 1867.

PARÁ. Centro de Memória da Amazônia da Universidade Federal do Pará (CMA/UFPa). Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), *Inventários post mortem*, cx. 25 (1870). *Inventário post mortem* de José Inácio de Faria. Registro em: 1870. [S. l.: s. n], 1870.

PARÁ. Centro de Memória da Amazônia da Universidade Federal do Pará (CMA/UFPa). Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), *Inventários post mortem*, cx. 02 (1813-1816). *Inventário post mortem* de José Infante. Registro em: 1813. [S. l.: s. n], 1813.

PARÁ. Centro de Memória da Amazônia da Universidade Federal do Pará (CMA/UFPa). Cartório Sarmento (14ª Vara Cível), *Inventários post mortem*, cx. 04 (1852-1863A). *Inventário post mortem* de Vicente Antônio de Miranda. Registro em: 1853. [S. l.: s. n], 1853.

PARÁ. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862*. Belém: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

PENTEADO, Antônio Rocha. *Belém – Estudo de geografia urbana*. v. 1. Belém: EDUFPA, 1968.

PINTO, Antônio Rodrigues de Almeida. O Bispado do Pará. In: PINTO, Antônio Rodrigues de Almeida. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*. t. 5. Belém: Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1906, p. 5-191.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2010 [2000].

TAVARES, Andrea da Costa. *Em busca das “patacas”*: patrimônio de portugueses na Economia da Borracha (Belém, 1840-1930). 2016. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

Recebido em: 09 de abril de 2020
Aprovado em: 20 de julho de 2020